HIERARQUIA RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: (re) existência de estudantes negras(os) na pós graduação

Zildeni Martins de Oliveira[1]
Jamile Santos Brito[2]

RESUMO: O artigo apresentado tem como objetivo discutir impactos das hierarquias raciais, originadas na sociedade colonial escravista sustentada na sociedade capitalista na (re)existência de estudantes negros(as) na Pós Graduação. Essa hierarquia é atravessada por lutas e resistência que muitas vezes provocam sofrimentos e adoecimento. Considera-se que a (re)existência desses sujeitos, pode contribuir para que a universidade assuma a corresponsabilidade social de reparar as desigualdades racial, de gênero e social que permeia a sociedade capitalista brasileira, a qual ela contribui para sua produção.

Palavras-chave: Estudantes negros(as), Universidade, Racismo, Sofrimento e Reparação.

ABSTRACT: The presented article aims to discuss the impacts of racial hierarchies, originated in the slave-based colonial society sustained in the capitalist society on the (re)existence of black students in Graduate Studies. Struggles and resistance that often cause suffering and illness cross this hierarchy. It is considered that the (re)existence of these subjects can contribute for the university to assume the social co-responsibility of repairing the racial, gender and social inequalities that permeate the Brazilian capitalist society, which it contributes to its production.

Keywords: Black students, University, Racism, Suffering and Reparation.

1. INTRODUÇÃO

A (re)existência de estudantes negros(as)[3] brasileiros(as) na educação universitária, principalmente na Pós Graduação Stricto Sensu, representa a possibilidade de participar da construção e sistematização de conhecimentos que podem contribuir para o processo de descolonização do saber e promoção da superação das opressões e explorações de raça, gênero e classe social produzida na sociedade capitalista brasileira.

---

[1] Mestranda do Programa Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal da Bahia (PPGSS/UFBA) Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) E-mail: Zildeni.oliveira@ufba.edu.br

[2] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UFBA. Graduada em Serviço Social – UFBA. Bolsista FAPESB. E-mail: jamilesantos2011@gmail.com

[3] Para fins de análise utilizamos a categoria negro que é o somatório da população autodeclarada preta e parda segundo o IBGE.

A Constituição Federal (CF) de 1988, consagrou o princípio da igualdade determinando que todos são iguais perante a lei. Com isso, conferiu a educação, um direito universal, o acesso ao sistema educacional do país em todos os níveis de formação, deve ser garantido a toda população que igualmente deveria compartilhar com e da produção do conhecimento socialmente construído.

No entanto, a práxis revolucionária, segundo Moura (1983), dos movimentos negros e pesquisadores tem denunciado e problematizado essa ideia de igualdade. Esses atores, têm alertado o país que o princípio de igualdade assegurado constitucionalmente, não está refletindo nas condições de vida do povo negro em diáspora. Assim como, vem também colaborando para elaboração de projetos que visam a inclusão da população negra no mercado de trabalho, universidade e outros espaços sociais.

As mulheres e os homens negros brasileiros, são a maior parcela da população, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019[4]. De acordo essa pesquisa 56,2% das pessoas que se declararam pretos ou pardos, constituindo, assim a população negra afrodescendente. Entretanto, esse grupo populacional, amarga historicamente as mazelas produzidas pelo racismo estrutural.

Os indicadores sociais e educacionais, têm demonstrado que a população negra ainda é sub-representada nos espaços de decisão e poder do país, assim como a população indígena, as pessoas com deficiência, as mulheres e as pessoas LGBTQIA+. Em muitas situações, mesmo quando a inclusão social de pessoas negras, elas têm que enfrentar as consequências do racismo que é estrutural e estruturante da organização e relações sociais.

O estudo sobre o tema: Hierarquia racial e educação: (re) existência de estudantes negras(os) na pós graduação, pretende somar-se as inúmeras reflexões sobre as lutas dos atores sociais contra a discriminação racial que subjuga a população negra em geral e em particular os estudantes de pós-graduação. Para tanto, propomos como objetivo discutir as hierarquias raciais originadas na sociedade

[4] IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua 2012-2019. Disponível: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html

colonial escravista e sustentada na sociedade capitalista brasileira e seus impactos na (re)existência de estudantes negros(as) na Pós Graduação com vista a superação da discriminação racial.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, que é parte da dissertação de mestrado. O interesse por abordar esta temática, surgiu a partir da participação na experiência disciplina: Epistemologia do Sul Produção de conhecimento e a linha abissal, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFBA, coordenada pela Professora Ângela Ernestina Cardoso de Brito, no Semestre 2020.

Nesse contexto, recorremos a Santos (2020), ao marco teórico da Sociologia das Ausências, pois esta, disponibiliza elementos conceituais de modo a trazer presente as experiências de grupos sociais historicamente subtraídas e apagadas, assim “a sociologia das ausências visa substituir a monocultura do saber científico por uma ecologia de saberes”. (SANTOS, 2002, p.250), no caso em estudo, a (re)existência dos(as) estudantes afrodescendentes da pós graduação.

Assim, a teoria de Clóvis Moura, Práxis Negra, auxiliará a compreender a histórica ação política e educadora dos movimentos negros, já a categoria totalidade, nos fará compreender as contradições do processo histórico do período colonial escravista a sociedade capitalista brasileira atual. Para ampliar a análise dobre a colonização utilizamos os apontamentos de Aimé Césaire por meio da sua obra: Discurso sobre o Colonialismo.

Para analisar os impactos da hierarquização racial na (re)existência dos estudantes negros e negras na pós-graduação faremos um diálogo com as autoras Maria Simone Euclides, Joselina da Silva por meio do trabalho intitulado: Dialogando com as Autoetnografias negras: intercessões de vozes, saberes e práticas docentes. Também contribuiu para as questões propostas as autoras Nilma Lino Gomes: O Movimento Negro Educador e Lélia Gonzalez: A categoria político-cultural de amefricanidade. O trabalho também se apoiou em outros autores presentes nas referências.

2. A CATEGORIA TOTALIDADE NA CONSTRUÇÃO DAS HIERARQUIAS RACIAIS COMO PROJETO DE PAÍS

Para compreender como o processo de hierarquia racial surgiu e como operou e opera a favor da desigualdade racial, no Brasil, realizaremos uma breve analise, com base na categoria de totalidade, dos principais elementos do período colonial escravista e como estes se perpetuam até os dias atuais.

A hierarquia racial é uma ideologia cujas bases estão no conceito de raça que legitima a superioridade de um grupo humano sobre o outro. “[...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negroafricana.” (GONZALEZ, 1988, P.77)

O país originou-se a partir de um processo de colonização administrados pelos países europeus que perpetraram a dominação, exploração e genocídio dos povos originários locais e dos povos africanos que foram desumanizados e coisificados, por meio de um processo de sequestro e escravização.

Nesse contexto, o colonialismo europeu construiu suas bases no período pré-colonialista que atribuía a obscuridade supersticiosa as manifestações culturais dos povos chamados "selvagens". Essa concepção que legitimou a violência etnocida investida contra os povos não europeus. A partir desse projeto, a Europa tinha as explicações racionais para os "costumes primitivos" e a racionalidade administrativa para as suas colônias (GONZÁLEZ, 1988), que se desenvolveu materialmente por meio da utilização da mão de obra escrava, esta, imprescindível ao projeto de dominação e exploração em curso.

Sobre a colonização:

> E digo que da colonização à civilização a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano. (CÉSARIE, 1978, P. 16)

Nesse processo de colonização, formou-se o embrião da sociedade brasileira de capitalismo dependente, que por meio da sua elite herdeira dos ideários da colonização, mesmo após a tardia abolição, tratou-se de fazer perpetuar as suas

posses por meio da exploração da força de trabalho e exclusão socioeconômica dos africanos em diáspora e seus descendentes

A naturalização da usurpação dos corpos dos vários povos africanos que em diáspora, foram desumanizados e coisificados no período da escravidão e o projeto de exclusão e extermínio dos seus descendentes pós abolição teve seus fundamentos na pseudociência e na religião cristã eurocêntrica.

Césaire (1978), ao analisar “o que é no seu princípio a colonização?” explicitou como o “pedantismo cristão” formulou “equações desonestas: colonialismo = civilização; paganismo = selvageria,” (CÉSARIE, 1978, P.15), cujas consequências foram terríveis para o povo não europeu.

Almeida (2019), discorre que tal concepção de mundo, foi fortalecida no iluminismo cujos recursos científicos fornecerá as bases racionais para legitimar a classificação dos seres humanos. Está classificação teve a raça como o elemento capaz de produzir a hierarquização das "humanidades" a partir da referência de civilização do homem e da cultura Europeia.

A ciência, há época, afirmava que as diferentes características biológicas dos seres humanos seriam capazes de indicar que os povos não brancos possuíam comportamentos violentos, imorais e lascivos além de apresentarem pouca inteligência. (ALMEIDA, 2019)

Nessa mesma direção, Ortegal (2018), aponta que essa hierarquização das humanidades, categorizou como sub-humanos os povos indígenas negros e asiáticos, o que possibilitou e naturalizou a escravização, extermínio, exploração e exclusão desses povos.

Mbembe (2014), evidencia que a raça foi uma construção social produzida com o propósito de dominação dos povos pelos europeus e que em decorrência disso, este grupo humano, praticou incalculáveis crimes contra outros povos. Na atualidade, o racismo fornece as bases para operadores da necropolítica. Nessa direção, compreendemos que, "[...] a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito sócio antropológico.” (ALMEIDA, 2020, P.31)

Lélia Gonzalez (1998), aponta que a democracia racial enquanto negava a existência do racismo no Brasil, produzia as opressões e exploração do negro. E ainda, “A ideologia de esconder as origens étnicas do Negro[...]” (MOURA, 1983, p.127) se constituía em um processo contínuo de esvaziamento do ser negro por meio do aniquilamento da memória e cultura, com isso buscou a promoção de uma sociedade aberta, cuja exclusão e a manutenção dessa população, as margens dos espaços de poder e da riqueza do país foi garantida e se estende aos dias atuais. (MOURA, 1983)

Moura (1983), aponta que se a escravidão tratou de horizontalizar o Negro, esvaziando-o como ser, é mediante ao que ele chamou de *práxis* revolucionária que este se rehumaniza, assim, é por meio de movimentos de protesto que ele se reencontra com o seu passado étnico e sua cultura recuperando o seu Ser.

Diante das interlocuções apresentadas compreendemos que a ideologia racista promoveu a naturalização das desigualdades sociais abissais de base racista ainda hoje presente no capitalismo dependente do Brasil. Pois o racismo enquanto desprestigiou a população negra privilegiou os brancos. Essas ideias, projetaram de forma inquestionável a elite branca brasileira na ocupação dos espaços de poder e na apropriação das riquezas socialmente produzidas, enquanto se institucionalizou o extermínio e a exclusão da população negra em diáspora e seus descendentes, estes, na atualidade ocupam o topo de praticamente todos os indicadores das iniquidades sociais do país.

Diante dos investimentos da imposição da cultura eurocêntrica pelo mundo e das tentativas de aniquilamento e apagamento de toda cultura que destoasse deste modelo, os movimentos negros foram responsáveis para inserir muitos elementos culturais, científicos e históricos da África, nas Universidades e demais esfera da sociedade brasileira.

As lutas históricas dos africanos em diáspora, desde o período da escravidão ocorreram por meio de insurreições e resistências culturais e resultaram em novas formas de organizações sociais como os *quilombos, camarronês, cumes* e tantas outras (GONZALEZ, 1988). O acesso as histórias ancestrais africanas contribuíram e atribuíram outros significados as experiências do povo negro em diáspora.

Pesquisadores e ativistas negros apontam para a importância de unificação dos afrodescendentes por meio da reelaboração da sua identidade e das reivindicações históricas. Lélia Gonzalez (1988), apresenta a categoria amefricanidade como um termo capaz de expressar as experiências comuns de sobrevivência, lutas e resistência da população negra em diáspora, ainda que estas habitam geograficamente diferentes lugares dos continentes.

A autora defende que: “Uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios [...]” (ASANTE,1988, *apud* GONZALEZ, 1988, P.79) Os movimentos negros e os intelectuais antirracistas há muito vêm denunciando a sub-representação e exclusão socioeconômica, política e cultural dos negros(as) que constitui o país.

Essa exclusão se manifesta em várias dimensões da vida social. Ao comparar os indicadores de educação, levantados pela pesquisa do IBGE/PNAD[5] (2019) no que se refere a taxa de analfabetismo da população brasileira negra de 15 anos ou mais de idade foi de 8,9% enquanto que da população branca foi 3,6%.

Ainda de acordo a pesquisa IBGE/PNAD (2019), pode-se observar as taxas de abandono escolar, que pela primeira vez são divulgados. Esses dados revelam que das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos que responderam à pesquisa, 20,2% não completaram alguma das etapas da Educação Básica, sendo que desse total 71,7% eram pretos ou pardos. Registra-se que, os principais motivos apontados para o abandono foram necessidade de trabalho e falta de interesse.

Segundo o estudo citado, ao nos aproximarmos dos dados sobre a cor/raça no ensino superior temos a manutenção das disparidades raciais. No que se refere a taxa de escolarização das pessoas brancas e das pessoas negras, detemos: 37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, dessas 29,7% no ensino superior. Das 28,8% das pessoas de cor preta ou parda, na mesma faixa etária, apenas 16,1% estava cursando uma graduação. Ademais, 6,0% dos jovens brancos

[5] A taxa de analfabetismo medida pelo IBGE é o porcentual de pessoas que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem, na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Fonte: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html

nessa faixa etária já possuíam um diploma de graduação, enquanto que entre os pretos e pardos somente 2,8% possuíam um diploma de graduação[6].

Nesse contexto, é imprescindível imprimir nas universidades a responsabilidade de promover a ampliação das discussões sobre a ideologia racista e seus impactos na vida dos afrodescendentes. Outrossim, prover as condições objetivo capazes de permitir o acesso das pessoas que integram grupos humanos que foram historicamente foram excluídos do ensino superior. Assim, ressalta que apesar dos impactos perversos das hierarquias raciais, a (re)existência de estudantes negros(as) na pós graduação constitui com um importante elemento que aponta para a construção de uma sociedade justa.

3. OS IMPACTOS DA HIERARQUIA RACIAL E A (RE) EXISTÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS(AS) NA PÓS-GRADUAÇÃO

São muitas dimensões que atravessam a (re)existência de estudantes negros(as) na Pós Graduação, desde suas trajetórias de vida, suas experiências culturais ao acesso a condições objetivas para seu ingresso, permanência e conclusão exitosa dos estudos. Segundo Euclides e Silva (2019), há um processo de problematização da naturalização das ausências do povo negro nestes espaços e a inquestionável presença histórica em lugares de subalternização.

Euclides e Silva (2019), reforçam que o combate ao racismo cotidianamente por pessoas negras que ocupam espaços de destaque social, principalmente estudantes e professores universitários provoca desgastes emocionais o que pode levar os indivíduos, algumas vezes, ao aprisionamento e a servidão, assim como ao adoecimento. As autoras ainda destacam que para refletir sobre a resistência de estudantes negros e negras nas universidades sobretudo na Pós-Graduação, é imprescindível considerar a dimensão do racismo estrutural que permeia todas as esferas da vida social principalmente o sistema educacional.

É oportuno a reflexão proposta por Artes, Unbehaum e Silverio (2016), sobre a preocupação dos pesquisadores em observar o racismo, as desigualdades sociais, as

[6] IBGE/PNAD continua, EDIÇÃO 2019. Disponível em:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf

injustiças, sexismo na sociedade, como se a academia constituísse uma democracia de igualdade. Essa proposta aponta para a necessidade de compreender as universidades como espaços no qual se expressam as contradições da sociedade de classe, como a hierarquia racial presente na elaboração dos conhecimentos e os impactos na vida dos estudantes afrodescendentes.

Nesse contexto, Moura (2021), ressalta que uma boa parte dos sociólogos brasileiros ocultaram das suas análises explicações, sobre as lutas dos escravos e o resultado por elas alcançados. Segundo o autor, o conhecimento acerca destas contribuições poderia explicitar as modificações transcorridas no período da escravidão e sua transição para o trabalho livre, pós abolição.

O autor destaca que permanece a invisibilidade das lutas dos escravos, para a maioria dos historiadores e sociólogos. E registra também que, apesar do aniquilamento histórico da contribuição dos povos africanos para a construção do país feito pelas ciências, as Ciências Sociais têm um importante papel na luta pela construção de uma outra ordem social.

Com isso, a presença de estudantes afrodescendentes nas universidades tem contribuído, ainda que de forma lenta, para a desconstrução do imaginário do *não lugar* e atribuído um outro significado a presença dos corpos negros, das experiências e da vida das mulheres e homens negros em lugar de visibilidade social, o que pode ser identificado por meio das pesquisas racialmente comprometidas. (SILVA, 2019)

A mudança do cenário ainda está no início, a (re)existência do intelectual negro, em muito, ainda é conferido o lugar de subalternidade, muitas vezes sem representação e sozinho vivencia experiências de confinamento e segregação racial e tem, quase sempre, as pautas sobre os conflitos raciais silenciadas e deslegitimadas.

Se no período colonial escravista as barreiras educacionais do povo negro foram impostas por meio de dispositivos legais, após abolição da escravidão outros mecanismos foram implantados para impedir ou precarizar tal acesso. Os indicadores educacionais demonstram que o percurso estudantil dos alunos desde o ingresso no ensino fundamental ao nível superior passa pelo filtro racial que privilegia os brancos aos negros. (GOMES; SILVÉRIO, 2003)

De acordo com Artes, Unbehaum e Silvério (2016), as lutas históricas antirracista, somadas ao movimento de redemocratização do país, conquistou, na década de 1990, o reconhecimento da existência do racismo pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse fato, contribuiu para a elaboração de uma agenda contemplando um conjunto de ações em vista a promoção da equidade social.

Nas últimas décadas, houve mudanças nas formulações e implementações de Políticas Públicas de acesso ao mercado de trabalho, aos cargos políticos, as universidades, principalmente a partir da implantação das ações afirmativas. Porém estas mudanças, ainda são insuficientes para assegurar a mobilidade social ascendente da maioria dos afrodescendentes. (ARTES; UNBEHAUM; SILVÉRIO, 2016)

Nas universidades as ações afirmativas são implementadas, com maior expressão na modalidade de cotas raciais, por meio de reservas de um percentual das vagas para o ingresso de estudantes afrodescendentes. Essa modalidade da ação afirmativa é tornada obrigatórias a partir da Lei 12.711/12 que instituiu o sistema de cotas para o ingresso em universidades e Institutos Federais, de estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência. Ressalta-se que para os programas de Pós-Graduação essa implantação ocorre mais tardiamente.

Inicialmente as ações foram implantadas por meio de Legislações Estaduais, no ano de 2001 no Paraná e no ano de 2002 no Rio de Janeiro. Em outras universidades as ações afirmativas foram implementadas mediante decisão dos seus colegiados, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2002 e a Universidade de Brasília (UNB), em 2004. Sendo que em, 2002 a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, foi a primeira universidade a implantar uma política de ações afirmativas que previa cotas raciais para ingresso de estudantes negros e indígenas na pós graduação. (CARVALHO, 2006 *apud* JÚNIOR; VENTURINI, 2020)

Apesar dos números expressar que a institucionalização das ações afirmativas na pós-graduação tem contribuído para a inclusão de estudantes negros e negras nesse nível de elaboração do conhecimento, ainda pode-se observar muitas resistências e contestações contrarias a essa medida.

Segundo Junior e Venturini (2020), a Fundação Ford (FF) e a Fundação Carlos Chagas (FCC), instituíram o programa internacional de bolsas de pós-graduação da Fundação Ford, conhecido como *International Fellowship Program* (IFP), criado em 2001 e o Programa de Dotações para Mestrados em Direitos Humanos no Brasil, criado em 2003. Estes programas representavam as primeiras iniciativas de inclusão de pessoas pertencentes a grupos sub-representados na pós-graduação.

A institucionalização das ações afirmativas na pós-graduação ocorreu em menor escala por ação voluntária das instituições de ensino, o que se destaca as áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Nesse seguimento, a instauração das ações afirmativas ocorreu muito mais por meio de ação voluntária dos seus agentes. Porém em áreas como: ciências biológicas, agrárias, saúde, exatas e da terra, foram destacados um número bem reduzido de adesão a implantação das ações afirmativas. Nas Engenharias não foram identificadas qualquer implantação, de acordo com os autores, este fato confirma a manutenção de uma cultura conservadora e meritocrática deste campo científico. (JÚNIOR; VENTURINI, 2020)

Ainda segundo os autores, foi a partir da edição da Portaria nº 13 de 11 de maio de 2016 editada pelo Ministério da Educação (MEC), que orienta a adoção de ações afirmativas para ingresso de negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós graduação, que se identifica ampliação e adesão as ações afirmativas pelas universidades nos Programas de Pós-Graduação.

Esse contexto, permite afirmar que o atraso no processo de adesão às políticas de ações afirmativas, pelas universidades do Brasil, revela que nesses lugares se reproduz a hierarquia racial acadêmica, tal qual estrutura os demais espaços de poder na sociedade brasileira. Os estudos que apontam o racismo como estrutural e estruturante da sociedade capitalista brasileira e a produção de exclusão, têm contribuído para impor na agenda pública as reivindicações dos grupos historicamente discriminados no país, sobretudo o povo negro.

4. CONCLUSÃO

Os dados apresentados revelaram que a ausência da população negra nos espaços de prestigio social, como nas universidades, e a exclusão do usufruto da

riqueza socialmente produzida no Brasil, atendeu e atende a um projeto de sociedade centrado na discriminação racial e hierarquia acadêmica.

O epistemicídio, o apagamento da identidade histórico e cultural, a atribuição negativa as características fenotípicas da população negra, somada a desumanização formara um conjunto de valores simbólicos e materiais que naturalizaram a sua exploração e exclusão social. Enquanto que promovia a legitimidade da apropriação da riqueza e a ocupação dos espaços de poder pela população branca cujos valores são eurocentrados e mais recente norteamericanocentrado.

A pesquisa demonstrou que a (re)existência de estudantes negros(as) na Pós Graduação se constitui uma conquista dos movimentos sociais no agente político do Movimento Negro, mas ainda expressa um desafio individual e coletivo que necessita de reflexão e problematização continua.

Destaca-se que a (re)existência de estudantes negros e negras na pós graduação, em muito, promovida pelas ações afirmativas, significa a conquista da garantia de condições diferenciadas para o ingresso nas universidades e demais espaços sociais. Igualmente esse acesso deve ser estendido a todas as pessoas oriundas de segmentos que constitui a diversidade cultural brasileira.

Diante do exposto, faz-se necessário problematizar a hierarquização racial que sustenta a ocupação majoritária pela população branca, dos diferentes espaços sociais, sobretudo das universidades. É imprescindível também, ampliar e implementar estratégias de reparação como as ações afirmativas, capaz de produzir impacto real na vida cotidiana dessa parcela da população é urgente e condição indispensável para a construção de uma sociedade fincada nos valores multirracial, multiétnico, multicultural cuja hierarquia racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** Feminismos Plurais, Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo. Sueli Carneiro: Editora Jandaíra. 2020.

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.) **Ações Afirmativas no Brasil:** reflexões e desafios para a pós-graduação. 01 ed. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Carlos Chagas, v. 02, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado,1988.

Brasil. **Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de Ago. 2012. Seção 1, p.1.

Brasil. **Portaria normativa MEC. n. 13, de 11 de maio de 2016.** Diário Oficial da União. Seção 1. 12/05/2016. p. 47.

EUCLIDES, M. S.; SILVA, J. Dialogando Autoetnografias negras: intercessões de vozes, saberes e práticas docentes. Dossiê Temático: saberes docentes de intelectuais negras mediações outras frentes ao ethos acadêmico. **Revista Práxis Educacional**. Vitoria da Conquista-Bahia-Brasil, v. 15, n32, p 35-52, abr./jun.2019.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020. Disponível em: https://periodicos.furg.br/reis/issue/view/801. Acesso em: 30 jul. 2021.

GOMZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988b, p.69-82.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petropolis: Vozes, 2017. 160 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua**. Educação, Edição Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Educa Jovens**. Conheça o Brasil. População Educação. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html. Acesso em: 25 jul. 2021.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra.** Tradução Marta Lança. Antígona. 1ª edição, Lisboa, Portugal. 2014.

MOURA, Clovis. **O Negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.

MOURA, Clovis. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. **Afro-Ásia**, n.14, 1983. Disponível em:periódicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824. Acesso em: 10 jul. 2021.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo. **A afirmação das epistemologias do Sul.** 1 ed. 2. Reimp.- Belo Horizonte: Autentica, 2020. p. 17-28.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2002. Disponível: https://journals.openedition.org/rccs/1285. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, DF: Inep/Mec – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.